

PRESTAÇÃO DE CONTAS

CONSOLIDADAS



VALSOUSA

Associação de Municípios do Vale do Sousa

Ano 2021



Enquadramento Geral

A falta de uma visão integrada através de um processo de consolidação de contas que proporcione uma visão compreensiva e completa das finanças das administrações públicas implica uma necessidade de mudança em que as Demonstrações Consolidadas assumem um papel primordial da gestão das finanças públicas.

A consolidação de contas surgiu como um passo necessário para melhorar a informação contabilística prestada, pelas entidades que integram as Administrações Públicas, podendo ser definidos vários níveis de consolidação, combinando as entidades consolidadas com a entidade consolidante, em função das necessidades de informação.

Embora tenham já sido definidas novas regras de consolidação, através da aplicação de um novo modelo de implementação designado “Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas SNC-AP”, o mesmo entrou em vigor no ano económico de 2020, pelo que este é o segundo ano em que se utiliza esta ferramenta de gestão, pelo que será possível efetuar uma análise comparativa.

Esta ferramenta de gestão tem como objetivo elaborar as demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si como se de uma única entidade se tratasse, permitindo, o estabelecimento de contas únicas representativas da atividade global e da situação do conjunto de entidades ligadas por interesses comuns.

Desta forma, além das contas individuais que são obrigadas a apresentar, as entidades associativas municipais passaram, também, a apresentar as contas consolidadas do grupo em que se enquadram.

A implementação da metodologia de consolidação de contas no setor público local permite melhorar a informação contabilística, quer ao nível da avaliação do risco financeiro, quer no âmbito do controlo e coordenação das diferentes entidades que interagem entre si.

Disposições Legais

No n.º 1, artigo 75º, do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais prevê-se que «Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas».

Acrescenta-se, ainda, naquela norma legal (n.º 8) que «Os procedimentos, métodos e documentos contabilísticos para a consolidação de contas dos municípios, das entidades intermunicipais e das entidades associativas municipais são os definidos para as entidades do setor público administrativo.»

Foi, publicado o DL nº 192/2015 de 11 de setembro, que veio no art.º 7º estabelecer o perímetro de consolidação das contas e definir as regras de Consolidação através das Normas de Contabilidade Publica (NPC).

1. Definições

Entidade mãe ou entidade consolidante ou entidade que controla:

É a entidade associativa que controla uma ou mais entidades.

Entidade controlada



É uma entidade que é controlada por outra entidade.

Perímetro de consolidação:

Abrange o conjunto de entidades cujas contas vão ser objeto de consolidação e face às quais se tem de apresentar demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstrações financeiras consolidadas

São as demonstrações financeiras de um grupo público em que os ativos, passivos, património líquido, rendimentos, gastos e fluxos de caixa da entidade que controla e das suas entidades controladas são apresentadas como se de uma única entidade se tratasse, o Grupo Público.

Grupo Público

Consiste na entidade que controla e as entidades controladas. Um grupo público pode incluir entidades com objetivos sociais e outras com objetivos económicos.

Diferenças de consolidação:

São as diferenças entre o valor das participações financeiras e a percentagem que representam dos capitais das entidades controladas, podendo-se decompor em diferenças de avaliação e em diferenças de aquisição.

Método de Consolidação

Este método consiste na integração no Balanço e na Demonstração de Resultados, da entidade consolidante dos elementos respectivos do Balanço e das Demonstrações dos Resultados das entidades consolidadas.

Haverá lugar à eliminação dos investimentos financeiros e ao apuramento das diferenças de consolidação.

2. Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras participadas

Entidades incluídas no perímetro de consolidação

Entidade	Sede Social	Atividade Principal	Detentores de Capital	% do Capital Detido em 2021	Obs.
Associação de Municípios do vale do Sousa	Praça D. António Meireles nº 45, 4620-130 - Lousada	Atividades nas seguintes áreas: Promoção do desenvolvimento económico, social e ambiental; Conceção e execução de projetos de valorização dos recursos do Vale do Sousa; Proteção e promoção do património histórico, cultural e turístico do Vale do Sousa e o Desenvolvimento da Sociedade do conhecimento no Vale do Sousa.			a)
AMBISOUSA, EIM	Avenida Sá e Melo nº 30 Cristelos, 4620-151 - Lousada	Exploração da atividade de recolha, transferência, tratamento e deposição de resíduos sólidos, de tratamento e rejeição de efluentes e de limpeza pública, na área abrangida pela AMVS.	AMVS	100,00%	b)

a) Entidade-mãe obrigada à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas, nos termos do n.º 1 do artigo 75º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, daqui em diante AMVS.

b) Entidade controlada a 100% pela Associação de Municípios do Vale do Sousa, daqui adiante AMBISOUSA

Em relação às entidades incluídas no perímetro da consolidação, apresenta-se de seguida o quadro com o número médio de trabalhadores ao serviço, durante o exercício económico de 2021, repartido por categorias:

Entidade	Categoria	Nº	Nº
		Trabalhadores	Trabalhadores
		Ano 2020	Ano 2021
Associação de Municípios do Vale do Sousa	Total	25	23
	Dirigentes Superiores de 1º Grau	1	0
	Dirigentes Intermediários de 1º Grau	0	0
	Chefes de Equipa Multidisciplinar	3	3
	Técnicos Superiores	12	11
	Informático	2	2
	Assistentes Técnicos	3	3
	Assistentes Operacionais	4	4
AMBISOUSA, EIM	Total	106	131
	Administrador Executivo	1	1
	Consultor	0	0
	Responsável Departamento	4	4
	Engenheiro Ambiente	1	1
	Técnico Sup. Exploração e Valorização	1	1
	Encarregado	3	3
	Auxiliar de Encarregado/Sub-Encarregado	2	2
	Administrativos	4	4
	Jurista	1	1
	Contabilista Certificado	1	1
	Operadores de Triagem/Aterro/CVE/Assistente Operacional	67	91
	Assistentes técnicos	2	2
	Rececionista	1	1
	Manobreadores	3	4
	Motoristas	13	13
	Chefes de equipa	2	2
Total Grupo	131	154	

Não existem entidades excluídas de consolidação

3. Demonstrações Financeiras consolidadas

Um conjunto completo de demonstrações financeiras consolidadas compreende:

1. Um balanço consolidado;
2. Uma demonstração de resultados consolidados por natureza,
3. Uma demonstração na alteração do património consolidado
4. Uma demonstração de Fluxos de Caixa consolidado e
5. Anexo às demonstrações Financeiras consolidadas

1. Balanço Consolidado

1. Balanço Consolidado à data de 31.12.2021

Rubricas	Notas	Datas	
		31.12.2021	31.12.2020
ATIVO			
Ativo não corrente		11 746 800,92 €	13 067 889,34 €
Ativos fixos tangíveis	(5)	10 433 103,46 €	11 063 837,73 €
Ativos intangíveis	(3)	1 296 789,43 €	1 994 296,92 €
Participações financeiras		510,00 €	510,00 €
Outros Investimentos Financeiros	(23.1.1)	16 398,03 €	9 244,69 €
Ativo corrente		15 567 812,12 €	13 712 518,74 €
Inventários	(10)	125 755,80 €	147 165,00 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	(23.1.2)	701 590,36 €	718 413,30 €
Clientes, contribuintes e utentes	(23.1.3)	4 213 026,79 €	3 255 983,08 €
Estado e Outros entes Públicos	(23.1.4)	1 836,44 €	911 959,07 €
Outras contas a receber	(23.1.5)	244 778,53 €	123 255,24 €
Diferimentos	(23.1.6)	83 924,86 €	103 223,44 €
Caixa e depósitos	(23.1.7)	10 196 899,34 €	8 452 519,61 €
Total Ativo		27 314 613,04 €	26 780 408,08 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património Líquido		15 590 461,44 €	16 009 452,65 €
Património/Capital	(23.3)	7 238 131,62 €	7 238 131,62 €
Reservas	(23.3)	2 922 292,60 €	2 922 292,60 €
Resultados transitados	(23.3)	-2 191 975,13 €	-2 017 237,35 €
Ajustamentos em ativos financeiros	(23.3)	5 413 807,05 €	5 497 148,46 €
Outras variações no património líquido	(23.3)	2 326 573,67 €	2 560 098,53 €
Resultado líquido do período		-118 368,37 €	-190 981,21 €
Total Património Líquido		15 590 461,44 €	16 009 452,65 €
PASSIVO			
Passivo não corrente		6 635 036,98 €	6 723 165,06 €
Provisões	(15)	5 973 616,76 €	5 935 790,57 €
Passivos por impostos diferidos	(23.2.1)	588 732,33 €	687 281,36 €
Outras contas a pagar	(23.2.2)	72 687,89 €	100 093,13 €
Passivo corrente		5 089 114,63 €	4 047 790,37 €
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	(23.2.3)	0,00 €	7 368,76 €
Fornecedores	(23.2.4)	1 257 626,85 €	794 213,93 €
Estado e outros entes públicos	(23.2.5)	56 065,28 €	51 865,76 €
Outras contas a pagar	(23.2.6)	3 775 422,50 €	3 194 341,92 €



ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO SOUSA

(Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel)

Total Passivo		11 724 151,61 €	10 770 955,43 €
Total Património Líquido e Passivo		27 314 613,04 €	26 780 408,08 €

2. Demonstração de Resultados Consolidados por Natureza

2. Demonstração de Resultados Consolidados por natureza à data de 31.12.2021

Rubricas	Notas	Datas	
		2021	2020
Vendas	(23.4.1)	6 468 168,78 €	6 017 041,04 €
Prestações de serviços e concessões	(23.4.1)	71 942,75 €	18 664,67 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	(23.4.2)	2 807 666,04 €	2 701 994,13 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	(23.4.3)	1 000,00 €	70 120,74 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(10)	-597 158,16 €	-441 648,67 €
Fornecimentos e serviços externos	(23.4.4)	-4 474 878,93 €	-4 202 969,38 €
Gastos com pessoal	(18)	-2 908 481,00 €	-2 486 136,41 €
Transferências e subsídios concedidos	(23.4.5)	-39 342,56 €	-39 342,56 €
Provisões		-40 000,00 €	
Outros rendimentos	(23.4.6)	835 666,86 €	585 678,08 €
Outros gastos	(23.4.7)	-110 799,81 €	-230 129,37 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		2 013 783,97 €	1 993 272,27 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	(23.4.8)	-2 108 066,19 €	-2 153 473,49 €
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		-94 282,22 €	-160 201,22 €
Juros e Gastos similares	(23.4.9)	-0,61 €	-39,67 €
Resultado antes de impostos		-94 282,83 €	-160 240,89 €
Impostos sobre o rendimento do período	(23.4.10)	-24 085,54 €	-30 740,32 €
Resultado líquido do período		-118 368,37 €	-190 981,21 €

3. Demonstração na alteração do património consolidado

3. Demonstração consolidada das alterações no património líquido, à data de 31.12.2021

DESCRIÇÃO	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe								Total do Património Líquido
	Capital / Património Realizado	Reservas legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Outras Variações no património próprio	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N-1	7 238 131,62	562317,66	2 359 974,94	-2 017 237,35	5 497 148,46	2 560 098,53	-190 981,21	16 009 452,65	16 009 452,65
ALTERAÇÕES NO PERÍODO Primeira adoção de novo referencial contabilístico Alterações de políticas contabilísticas Diferenças de conversão de demonstrações financeiras Realização do excedente de revalorização									



ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO SOUSA

(Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel)

Excedentes de revalorização e respectivas variações									
Ajustamentos por impostos diferidos									
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58 022,16	0,00	58 022,16	58 022,16
2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58 022,16	0,00	58 022,16	58 022,16
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 3							-118.368,37	-118 368,37	-118 368,37
RESULTADO INTEGRAL n 4=2 + 3							-118 368,37	-60 346,21	-60 346,21
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO									
Realizações de capital / Património									
Entradas para coberturas de perdas									
Outras operações				-174 737,78	-83 341,41	-291 547,02	190 981,21	-358 645,00	-358 645,00
5	0,00	0,00	0,00	-174 737,78	-83 341,41	-291 547,02	190 981,21	-358 645,00	-358 645,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N-1 6=1+2+3+5	7 238 131,62	2922292,60	0,00	-2191975,13	5 413 807,05	2 326 573,67	-118 368,37	15590461,44	15590461,44

4. Fluxos de caixa consolidado

Rubricas	Notas	DFC - Consolidadas
		Total
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes		8 458 379,87 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		2 738 579,30 €
Pagamentos a fornecedores		-5 175 971,66 €
Pagamentos ao pessoal		-2 658 604,05 €
Pagamentos de transferências e subsídios		-46 711,32 €
Caixa gerada pelas operações		3 315 672,14 €
Pagamento/recebimento do imposto s/rendimento		86 536,30 €
Outros recebimentos/pagamentos		-1 062 771,47 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		2 339 436,97 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Pagamentos - Investimentos financeiros		0,00 €
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-942 944,55 €
Pagamentos - Ativos intangíveis		-35 641,76 €
Recebimentos provenientes de:		
Recebimentos - Transferências de capital		21 739,29 €
Juros e Rendimentos similares		0,00 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-956 847,02 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		



ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO SOUSA

(Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel)

Recebimentos provenientes de:		
Subsídios e doações		15 181,00 €
Dividendos		0,00 €
Pagamentos respeitantes a:		
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		15 181,00 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		1 397 770,95 €
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		8 452 519,61 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		10 196 899,34 €
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA		
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		8 452 519,61 €
Saldo da gerência anterior (SGA)		8 452 519,61 €
SGA De execução orçamental		
SGA De operações de tesouraria		
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		10 196 899,34 €
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		
SGS De execução orçamental		
SGS De operações de tesouraria		

O perímetro de consolidação da Associação de Municípios abrange uma entidade de natureza empresarial que não está obrigada legalmente à elaboração de documentos previsionais e de prestação de contas de natureza orçamental em termos idênticos ao previsto no SNC-AP.

Tal situação dificulta a elaboração do referido mapa de fluxos de caixa consolidados de operações orçamentais, pois a informação da Ambisousa, teria de ser preparada especificamente para esta finalidade, o que acarretaria elevados custos.

5. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

As notas agora apresentadas seguem o estabelecido na NCP 1 – Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras, no que se refere ao Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas e sua sequência numérica. As notas às quais se considere não existir informação que justifique a sua divulgação não serão utilizadas, mantendo-se contudo o nº de ordem.

Outras Informações consideradas relevantes

Informações relativas aos procedimentos de consolidação

- Obtiveram-se as demonstrações financeiras individuais da Ambisousa que concorre para o perímetro de consolidação assim como os detalhes contabilísticos de todos os saldos e transações realizados entre elas.

Relativamente à anulação do investimento financeiro, não foi apurada qualquer diferença de consolidação.

- Nas suas demonstrações financeiras individuais, a AMVS adota o método da equivalência patrimonial (MEP) para a valorização dos seus investimentos financeiros na AMBISOUA, EIM. Os restantes investimentos financeiros encontram-se valorizados pelo método de custo de aquisição.

Informações relativas aos compromissos

- As responsabilidades das entidades incluídas no perímetro de consolidação por garantias prestadas, são as seguintes:

Grupo Autárquico			Ano 2021
Entidade	Beneficiário	Finalidade	Valor
1	2	3	4
AMBISOUSA, EIM	CCDRN	Caucionar o bom e integral cumprimento das condições impostas na Licença de exploração nº 3/2006/INR	18 750,00
	CCDRN	Caucionar o bom e integral cumprimento das condições impostas na Licença de exploração nº 11/2006/INR	18 750,00
	CCDRN	Caucionar o bom e integral cumprimento das condições impostas na Licença de exploração nº 01/2010/CCDRN	15 875,17
	CCDRN	Caucionar o bom e integral cumprimento das condições impostas na Renovação Licença de exploração nº 11/2006/INR	134 000,00
Total			187 375,17

Informações relativas às remunerações aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respetivas funções

Grupo Autárquico				Ano: 2021	Observações
				Unidade:	
				Euro	
Situação na Entidade	Designação	Associação de Municípios do Vale do Sousa	AMBISOUSA, EIM	Total	Período de responsabilidade
	Nome				
Presidente	Humberto Fernando Leão Pacheco de Brito	a)		0,00	01.01.2021 a
Membro					10.11.2021 a
Vice-Presidente	Pedro Daniel Machado Gomes	a)		0,00	01.01.2021 a
Membro					10.11.2021 a
Membro	Nuno Alexandre Martins da Fonseca	a)		0,00	01.01.2021 a
Presidente					10.11.2021 a
Membro	José Alexandre da Silva Almeida	a)		0,00	01.01.2021 a
Membro					31.12.2021
Membro	Antonino Aurélio Vieira de Sousa	a)		0,00	01.01.2021 a
Membro					31.12.2021
Membro	Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus	a)		0,00	01.01.2021 a
Membro					10.11.2021
Vice-Presidente	José Duarte de Sousa e Rocha	a)		0,00	10.11.2021 a
Presidente do Conselho de Administração	Antonino Aurélio Vieira de Sousa		a)	0,00	31.12.2021
					01.01.2021 a
					31.12.2021



ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO SOUSA

(Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel)

Vogal do Conselho de Administração	Nuno Alexandre Martins da Fonseca		a)	0,00	01.01.2021 a 31.12.2021
Vogal do Conselho de Administração	José Alexandre da Silva Almeida		a)	0,00	01.01.2021 a 31.12.2021
Total				0,00	

a) Não remunerado.

1- Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1 – Identificação da entidade que controla, período de relato

Designação	AMVS - Associação de Municípios do Vale do Sousa
NIPC	502599189
Natureza	Entidade Pública
Endereço Postal	Praça D. António Meireles nº 45
Código Postal / Localidade	4620-130 LOUSADA
Telefone	255810700
Endereço de correio eletrónico:	valsousa@valsousa.pt
Sítio na internet:	www.valsousa.pt
Tem serviços de natureza consultiva e/ ou serviços de fiscalização	não

1.2 – Legislação

Regime Financeiro	Administração Local
Regime Jurídico	Associação Municípios Fins Específicos (Direito Publico)
Código de Atividade Económica (CAE)	94110
Código da classificação Orgânica	084113 – Administração Local – Entidade Reclassificada
Tutela	Ministério da Modernização do Estado e Administração Pública

A Valsousa foi constituída em 1989, no dia 15 de Julho, encontra-se sediada em Lousada e congrega as vontades dos seis Municípios associados: Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel. Articuladamente intervém numa dimensão supramunicipal, em todas as áreas do desenvolvimento, estando institucionalmente capacitada para proceder a uma abordagem global e integrada das problemáticas inerentes ao território e à qualidade de vida das populações, podendo ainda viabilizar práticas de concertação, de negociação e de cooperação institucional, de forma a enquadrar e concretizar as políticas e os projetos que visam promover o desenvolvimento local, principalmente ao nível de acessibilidades, saneamento básico, turismo, fomento económico, educação, cultura, desporto e acção social.

Publicação dos estatutos no DR nº 88, III série de 15 de Abril de 1994, com alterações publicadas no DR nº 262, III série de 13 de Novembro de 2000.

1.3 – Participações da Entidades

A Associação de Municípios do Vale do Sousa detém a 100% uma empresa intermunicipal, denominada AMBISOUSA, EIM criada para tratamento e gestão de resíduos sólidos urbanos do Vale do Sousa.

1.4 – Referencial contabilístico e demonstrações financeiras consolidadas

- As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas tendo em conta a NCP 1 – Estrutura e Conteúdo das demonstrações financeiras de acordo com Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) e a NCP22 – Demonstrações Financeiras Consolidadas
- Sempre que o SNC-AP não contemple o tratamento contabilístico de determinada transação ou evento, atividade ou circunstância, é feita a integração de lacunas de acordo com o Artigo 13º do DL nº 192/2015 de 11 de setembro.
- A transição de POCAL para SNC-AP teve alterações quer ao nível da apresentação, relacionadas com reclassificações em termos de plano de contas, dando cumprimento ao estabelecido no Anexo III do Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, quer em termos de mensuração dos ativos e passivos.
- As notas não indicadas neste anexo não são aplicáveis, não obstante, a ordem numérica das mesmas mantém-se impreterivelmente.
- A NCP 27 – Contabilidade de Gestão não foi aplicada uma vez que a Contabilidade de Gestão não foi ainda implementada.
- A NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental não foi aplicada uma vez que a entidade controlada aplica o SNC e como tal não tem de elaborar Demonstrações Orçamentais o que impede a consolidação.
- Não há lugar a descentralização contabilística.

- Desagregação dos valores inscritos em Caixa e Depósitos:

Conta	Grupo
Caixa	190,93
Depósitos à ordem	7 624 020,52
Depósitos à ordem no Tesouro	0,00
Depósitos bancários à Ordem	7 624 020,52
Depósitos a prazo	2 500 000,00
Depósitos consignados	0,00
Depósitos de garantias e cauções	72 687,89
TOTAL	10 196 899,34

O total dos montantes em caixa e depósitos, é de 10.196.899,34€. Dos montantes existentes em depósitos, 72.687,89€ não estão disponíveis para mobilização, correspondendo aos depósitos de Garantias e Cauções prestadas pelos fornecedores resultante de uma imposição legal para assegurar a proteção da entidade perante o incumprimento do contrato. O montante de 7.624.020,52€ corresponde aos valores de depósitos à ordem que podem ser imediatamente mobilizáveis. Existem 2.500.000,00€ em depósitos a prazo. O valor em caixa é residual e de 190,93€.

2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras consolidadas foram apresentadas de acordo com a NCP em toda a sua extensão.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato, 31 de dezembro de 2021, com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas, não foram consideradas nessas estimativas.

As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram os seguintes:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- b) Análises de imparidade de ativos financeiros;
- c) Estimativa de férias e subsídio de férias associados aos empregados;
- d) Reconhecimento do rendimento associado às taxas;
- e) Especialização das taxas de execução dos projetos co-financiados.

2.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

Tendo por base o disposto no SNC-AP, as políticas contabilísticas adotadas foram as seguintes:

Ativos fixos tangíveis

Os Ativos fixos tangíveis referem-se a bens utilizados na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para aluguer a terceiros, ou para uso administrativo. Espera-se que estes bens com substância física sejam usados por mais de um período de relato. São exemplos de Ativos Fixos (quer de domínio público, quer de domínio privado) o Equipamento militar, Infraestruturas, bens do património histórico.

O Tratamento contabilístico aos ativos fixos tangíveis está prescrito na NCP 5 – Ativos Fixos Tangíveis.

Esta Norma define o âmbito da aplicação, o reconhecimento, a mensuração no reconhecimento, a mensuração do custo a mensuração subsequente e o desreconhecimento.

Os ativos fixos tangíveis da Valsousa, encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Com exceção dos terrenos que não são amortizáveis, os Ativos fixos tangíveis são amortizados de acordo com as taxas do Classificador Complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos, tangíveis e intangíveis e propriedades de investimento, que substituiu a Portaria nº 671/200, de 17 de Abril, que aprovou o CIBE.

As depreciações são calculadas numa base duodecimal, utilizando o método da linha reta, sendo as seguintes as taxas médias

Ativos Fixos Tangíveis	Anos de Vida Útil	Taxas
Edifícios e Outras Construções	Entre 5 e 80 anos	1,25% a 20%
Equipamento Transporte	8 anos	12,50%
Equipamento Administrativo	Entre 3 e 5 anos	20% a 33,33%
Equipamento Básico	Entre 8 e 20 anos	5%-12,5%
Outros Ativos Fixos	Entre 3 e 20 anos	12,5% a 12,5%

Ativos Intangíveis

O tratamento contabilístico a dar aos ativos fixos intangíveis, vem prescrito na NCP 3 – Ativos Intangíveis. Existem Ativos Intangíveis aos quais poderão ter de ser aplicadas outras normas que não a NCP3, tal como os referidos no paragrafo 3º do nº 2 da NCP3.

No caso do Grupo Publico os ativos intangíveis referem-se aos custos incorridos com aquisição de software e à selagem dos aterros.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando o método da linha reta. As taxas de amortização são as definidas no Classificador Complementar 2 – Cadastro e vidas uteis dos ativos fixos, tangíveis e intangíveis e propriedades de investimento

Inventários

Aos inventários aplica-se a NCP 10 - Inventários.

No caso do Grupo Publico, os inventários encontram-se valorizados ao custo de aquisição, utilizando o custo médio como método de custeio. O custo dos inventários inclui os custos de compra. Sempre que o valor realizável líquido for inferior ao custo de aquisição procede-se à redução do valor dos inventários e são constituídas perdas por imparidade.

Participações Financeiras

O Grupo Publico detém uma participação financeira, 10% na empresa Pan-Eco.

A esta participação é aplicada a NCP 23 – Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos.

Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros só são reconhecidos quando se tornam uma parte contratual do instrumento e encontram-se mensurados de acordo com os seguintes critérios:

- Outras Contas a receber – estão mensuradas ao custo menos eventuais perdas de imparidades acumuladas, de forma a refletir o seu valor realizável à data de relato.
- Fornecedores e Outras Contas a pagar – Encontram-se mensuradas pelo método do custo. São registadas pelo seu valor nominal.
- Caixa e depósitos bancários – Os montantes incluídos nesta rubrica correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis.
- Estado e Outros Entes Públicos – Os saldos ativos e passivos são apurados com base na legislação em vigor.



- Diferimentos Ativos e Passivos – esta rubrica contempla as transações e acontecimentos relativamente aos quais devam ser reconhecidos nos resultados em períodos futuros e não no período em que ocorrem.
- Rubricas do património – São classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

Transferências e subsídios - Reconhecimento

Um subsídio (ou uma transferência) só será reconhecido após existir segurança de que:

- Serão cumpridas as condições a ele associadas; e
- O mesmo será recebido. Um subsídio não é reconhecido até que não haja segurança razoável de que a entidade cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios e, subseqüentemente:

- Os que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciáveis e intangíveis amortizáveis devem ser imputados numa base sistemática como rendimentos de forma que sejam balanceados com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem;
- Os que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciáveis devem ser mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Rendimento - Transações sem contraprestação

Ao reconhecimento e mensuração do rendimento das transações sem contraprestação são aplicados a NCP – 14 – Rendimento de Transações sem contraprestação

O Grupo Publico, reconhece um ativo proveniente de uma transação sem contraprestação quando obtém o controlo de recursos que satisfaçam a definição de um ativo e satisfaça os critérios de reconhecimento.

Um ativo adquirido através de uma transação sem contraprestação é inicialmente mensurado pelo seu justo valor à data de aquisição.

Os rendimentos sem contraprestação do Grupo Publico resultam das transferências (Correntes e capital) associadas a projetos co-financiados.

Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados incluem os salários, o Subsídio de refeição, as contribuições para a Segurança Social (SS) e para a Caixa Geral de Aposentações (CGA), as férias, subsídio de férias e Natal e faltas por doença pagas e as horas extraordinárias.

Os benefícios dos empregados são reconhecidos como gastos no período.

Especialização de exercícios

O grupo Publico regista os seus rendimentos e gastos de acordo com a especialização do exercício, isto é são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do respetivo recebimento ou pagamento.

Acontecimentos após a data de balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

Júizos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o SNC-AP, são utilizados juízos de valor, estimativas e pressupostos que afetam os montantes reportados nos valores do ativo e passivo, bem como dos rendimentos e gastos.

As estimativas e julgamentos baseiam-se na experiência de eventos passados, no melhor conhecimento existente à data de relato e de expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis.

As alterações às estimativas posteriores à data da elaboração das demonstrações financeiras serão corrigidas posteriormente. Assim os efeitos reais das transações em questão poderão ser diferentes das correspondentes estimativas.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas são:

- Vidas úteis dos Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis - A vida útil de um ativo, esta associada ao seu uso e deve ser revista no final de cada ano.
- Análise das imparidades de ativos financeiros - Deverá ser analisada os saldos das contas a receber a cada data de relato e ajustadas pela avaliação dos riscos estimados de cobrança.
- Estimativa de férias e subsídio de férias - Este valor é calculado tendo em conta as tabelas de remuneração existentes à data de elaboração das demonstrações financeiras individuais e tendo em conta o nº de funcionários existente.
- Especialização das taxas de execução dos projetos co-financiados - Nem sempre a execução do projeto corresponde ao aprovado, pelo que pode ser necessário ajustar as respetivas taxas bem como o reconhecimento do rendimento.

3. Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, amortização acumulada e perdas por imparidade no início e final do período estão refletidas nos seguintes mapas:

Quadro 3.1 - Ativos Intangíveis - Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

Rubricas	Início do Período				Final do Período			
	Quantia Bruta	Amort. Acumuladas	Perdas por imparidades acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Amort. Acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia Escriturada

	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)-(2)-(3)	(5)	(6)	(7)	(8)=(5)-(6)-(7)
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Goodwill								
Projetos de desenvolvimento								
Programas de computador e sistemas de informação	87 662,83	44 106,15		43 556,68	146 954,59	72 752,35		74 202,24
Propriedade industrial e intelectual								
Outros	3 741 681,30	1 790 941,06		1 950 740,24	3 741 681,30	2 519 094,11		1 222 587,19
Ativos intangíveis em curso								
Total	3 829 344,13	1 835 047,21	0,00	1 994 296,92	3 888 635,89	2 591 846,46	0,00	1 296 789,43

Quadro 3.2 - Ativos Intangíveis - Quantia escriturada e variações do período

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Variações								Quantia Escriturada Final	
		Adições	Transf. internas à entidade	Ver.	Reversões de Perdas por imparidades	Perdas por imparidades	Amortizações do Período	Diferenças cambiais	Diminui.		
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)		(9)
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Goodwill											
Projetos de desenvolvimento											
Programas de computador e sistemas de informação	43 556,68	59 291,76					-28 646,20				74 202,24
Propriedade industrial e intelectual											
Outros	1 950 740,24	0,00					-728 153,05				1 222 587,19
Ativos intangíveis em curso											
Total	1 994 296,92	59 291,76	0,00	0,00	0,00	0,00	-756 799,25	0,00	0,00	0,00	1 296 789,43

Quadro 3.2A - Ativos Intangíveis - adições

Rubricas	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transf. ou troca	Doação, Herança, legado...	Dação em pagamento	Locação Financeira	Fusão, Cisão, Reestruturação	Outras	Total
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)=(1)+(2)+...+(9)
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Goodwill										
Projetos de desenvolvimento										
Programas de computador e sistemas de informação		59 291,76								59 291,76
Propriedade industrial e intelectual										
Outros										
Ativos intangíveis em curso										
Total	0,00	59 291,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	59 291,76

5 – Ativos Fixos Tangíveis

Quadro 5.1 - Ativos Tangíveis - Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

Rubricas	Início do Período				Final do Período			
	Quantia Bruta	Dep. Acum	Perdas por imparidades acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por imparidades acumuladas	Quantia Escriturada
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)-(2)-(3)	(5)	(6)	(7)	(8)=(5)-(6)-(7)
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	522 010,30			522 010,30	522 010,30			522 010,30
Edifícios e outras construções	17 471 900,80	11 389 048,29		6 082 852,51	17 565 218,15	11 789 228,55		5 775 989,60
Equipamento básico	7 041 864,64	4 690 248,47		2 351 616,17	7 166 700,33	5 087 916,12		2 078 784,21
Equipamento de transporte	2 651 373,40	1 098 526,08		1 552 847,32	2 741 193,40	1 343 330,79		1 397 862,61
Equipamento administrativo	1 167 183,84	1 106 511,39		60 672,45	1 211 696,32	1 132 475,70		79 220,62
Equipamentos biológicos				0,00		0,00		0,00
Outros	4 311 639,82	3 836 325,84		475 313,98	4 653 740,59	4 128 029,46		525 711,13
Ativos fixos tangíveis em curso	18 525,00	0,00		18 525,00	53 525,00	0,00		53 525,00
Total	33 184 497,80	22 120 660,07	0,00	11 063 837,73	33 914 084,09	23 480 980,63	0,00	10 433 103,46

Quadro 5.2 - Ativos Tangíveis - Quantia escriturada e variações do período

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Variações								Quantia Escriturada Final
		Adições	Transferências internas à entidade	Ver.	Reversões de Perdas por imparidades	Perdas por imparidades	Depreciações do Período	Dif. cambiais	Diminuições	
		(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	
Outros ativos fixos tangíveis										
Terrenos e recursos naturais	522 010,30									522 010,30
Edifícios e outras construções	6 082 852,51	93 317,35					-368 789,34		-31 390,92	5 775 989,60
Equipamento básico	2 351 616,17	124 835,69					-406 348,69		8 681,04	2 078 784,21
Equipamento de transporte	1 552 847,32	89 820,00					-244 804,71			1 397 862,61
Equipamento administrativo	60 672,45	44 512,48					-26 030,28		65,96	79 220,61
Equipamentos biológicos	0,00									0,00
Outros	475 313,98	342 100,77					-305 293,97		13 590,35	525 711,13
Ativos fixos tangíveis em curso	18 525,00	35 000,00								53 525,00
Total	11 063 837,73	729 586,29	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 351 266,98	0	-9 053,57	10 433 103,46

Quadro 5.2A - Ativos Tangíveis - adições

Rubricas	Adições									Total
	Internas	Compra	Cessão	Transferências ou troca	Doação, Herança, legado...	Dação em pagamento	Locação Financeira	Fusão, Cisão, Reestruturação	Outras	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	
Outros ativos fixos tangíveis										



ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO SOUSA

(Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel)

Terrenos e recursos naturais										
Edifícios e outras construções	93 317,35									93 317,35
Equipamento básico	124 835,69									124 835,69
Equipamento de transporte	89 820,00									89 820,00
Equipamento administrativo	44 512,48									44 512,48
Equipamentos biológicos	0,00									0,00
Outros	342 100,77									342 100,77
Ativos fixos tangíveis em curso	35 000,00									35 000,00
Total	729 586,29	0,00	729 586,29							

O aumento da quantia escriturada em 2021 foi de 729.586,29€ e diz respeito à aquisição/construção de Edifícios, e diversos equipamentos.

10. Inventários

As quantias escrituradas de inventários encontram-se no quadro seguinte:

Quadro 10.1 - Inventários

Rubrica	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia recuperável
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)-(3)
Mercadorias	76 282,05		76 282,05
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	49 473,75		49 473,75
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00
Total	125 755,80	0,00	125 755,80

Quadro 10.1 - Inventários - Movimentos do período

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Movimentos no Período								Quantia Escriturada Final
		Compras Líquidas	Consumos/gastos	Variações no Inventário da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários		
		(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(1)+(2)+...+(8)		
Mercadorias	77 548,68	720,00	-1 986,63							76 282,05
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	69 616,32	575 028,96	-595 171,53							49 473,75
Produtos acabados e intermédios										
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos										0,00
Produtos e trabalhos em curso										
Total	147 165,00	575 748,96	-597 158,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	125 755,80

As quantias de inventários reconhecidas como gastos a 31 de dezembro foi de:

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas, Subsidiárias e de Consumo	Total
Existências Iniciais	77 548,68	69 616,32	147 165,00
Compras	720,00	575 028,96	575 748,96
Regularização de Existências			
Existências Finais	76 282,05	49 473,75	125 755,80
Custos no exercício	1 986,63 €	595 171,53 €	597 158,16 €

Não existem imparidades registadas em inventários.

13. Rendimentos de transações com contraprestações

Quadro 13. Rendimento de transação com contraprestação

Tipo de transação sem contraprestações	Tipo de transação com contraprestação	Rendimento do período reconhecido
	(1)	(2)
Prestação de serviços	2 764 969,41	
Venda de bens	3 718 575,37	
Juros, Royalties e Dividendos	0,00	
Outros	499 250,04	
Total	6 982 794,82	0,00

Os rendimentos obtidos de transações com contraprestação resultam da venda de bens e prestação de serviços realizadas pelo Grupo Público.

14. Rendimentos de transações sem contraprestações

Os rendimentos de transações sem contraprestações recebidos à data de 31 de dezembro tinham a seguinte composição:

Quadro 14. Rendimento de transação sem contraprestações

Tipo de transação sem contraprestações	Rendimento do Período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	(2)		(3)		
	Resultados	Património Líquido	Início do Período	Final do Período	
Impostos Diretos					
Impostos indiretos					
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde					
Multas e outras penalidades					
Transferências sem condições	2 679 337,33				
Subsídios com condição	3 408 971,08				
Legados, ofertas e doações					
Outros					
Total	6 088 308,41	0,00	0,00	0,00	0,00

As transferências no montante de 6.088.308,41€ correspondem a rendimentos transferidos pela Administração Local no montante de 2.679.337,33€ (Rendimentos sem condições) e 3.408.971,08€ de Fundos Europeus: FEDER e Fundo Coesão (Transferências com Condições).

15. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

15. Provisões

Provisão	Quantia Escriturada Inicial	Aumentos				Quantia escriturada Final				Quantia Escriturada Final	
		Reforços	Aumentos da Quantia Escr	Outros aumentos	Total Aumentos	Utilizadores	Reversões	Outras diminuições	Total Diminuições		
											(2)
Impostos, contribuições e taxas											
Garantias a clientes											
Acidentes de trabalho e doenças profissionais											
Matérias ambientais	5 787 004,57			8 245,49	8 245,49			10 419,30	10 419,30	5 784 830,76	
Contratos Onerosos											
Reestruturação e reorganização											
Outras provisões	148 786,00	40 000,00			40 000,00					188 786,00	
Total	5 935 790,57	40 000,00		8 245,49	48 245,49			10 419,30	10 419,30	5 973 616,76	

As provisões registadas referem-se, na sua maioria, às responsabilidades com o encerramento dos aterros. Não existem outros passivos de carácter ambiental, materialmente relevantes, para além das quantias apresentadas nas contas Provisões.

Encontra-se refletida nas contas de provisão a quantia total descontada da provisão que será necessária para cobrir todos os dispêndios a longo prazo. Em 2021, reverteu-se o montante do desconto relativo ao período de 2021.

O reforço da Provisão em 2021, no montante de 40.000,00€ resulta de uma decisão judicial, sujeita ainda a recurso.

A quantia não descontada do passivo de longo prazo referente ao restauro dos locais, ao encerramento e desmantelamento, bem como a taxa de desconto utilizada são os seguintes:

Provisão para Matérias Ambientais	Ano 2021	
	Lustosa	Rio Mau
Quantia não descontada do passivo de l.p ao restauro dos locais de encerramento e desmantelamento	3 761 172,00	2 042 323,00
Taxa de desconto	0,41%	0,41%
Valor do desconto	5 339,00	2 907,00
	3 755 833,00	2 039 416,00
Data estimada de encerramento dos aterros	31.12.2023	31.12.2023

17. Acontecimentos após a data de relato

Não existiram acontecimentos relevantes após a data de relato, e antes das demonstrações financeiras serem autorizadas que não estejam já registadas ou divulgadas nas presentes demonstrações financeiras.

18. Instrumentos Financeiros

Quadro 18.1 - Ativos Financeiros

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada Final
		compras	Ganhos de Justo valor	Reversões de perdas por imp.	Outros	Alien ações	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade de	Outros	
Ativos Financeiros mensurados ao justo valor através de Resultados										0,00
Ativos financeiros detidos para negociação										0,00
Participações financeiras - Justo valor	510,00									510,00
Ativos Financeiros mensurados ao custo amortizado										0,00
Participações financeiras - Custo										0,00
Outros ativos financeiros										0,00
Total	510,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	510,00

19 – Benefícios dos empregados

No exercício findo a 31 de Dezembro de 2021 o Grupo Publico incorreu nos seguintes gastos com pessoal:

Gastos com Pessoal	2021
Remunerações do Pessoal	2 178 984,35 €
Encargos sobre remunerações	497 810,97 €
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	106 931,49 €
Outros Gastos	124 754,19 €
Outros encargos sociais	0,00 €
Total	2 908 481,00 €

O número de pessoas ao serviço do Grupo Publico em 31 de Dezembro de 2021 foi de 154.

20 – Divulgações de partes relacionadas

Quadro 20.1 - Divulgações de partes relacionadas - Listagem de Entidades Controladas

Designação	Sede	% Controlo		Controlo Final
		Direto	Indireto	
Pan-Eco Ambisousa – Energias Renováveis, Lda	Av. Sá e Melo nº 30, 4620-009 Lousada	10%		10%

23 – Outras Notas ao Anexo das Demonstrações Financeiras Consolidadas

Por se considerar relevante divulgações adicionais às definidas e elencadas na NCP 1, para efeitos de melhor compreensão dos acontecimentos ocorridos durante o ano de 2021 sobre a posição financeira e o desempenho financeiro consolidado, procede-se às seguintes divulgações em complemento:

23.1 – Detalhe das contas do Balanço – Ativo

23.1.1 – Outros Investimentos Financeiros

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

23.1.1 - Ativo Não Corrente - Outros Investimentos Financeiros

Designação	Saldo Final 31.12.2021	Saldo Final a 31.12.2020
Fundo de Compensação do Trabalho (FCT)	16 398,03	9 244,69
Total	16 398,03	9 244,69

23.1.2 – Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis

Designação	Saldo Final 31.12.2021	Saldo Final a 31.12.2020	Variação	
			Absoluta	%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis obtidos	701 590,36	718 413,32	-16 822,96	-2,34%
Administração Local	549 020,38	621 622,85	-72 602,47	-11,68%
Associações de Municípios	32 428,32	20 614,32	11 814,00	57,31%
Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa	32 428,32	20 614,32	11 814,00	57,31%
Municípios	516 592,06	601 008,51	-84 416,45	-14,05%
Município de Lousada	107 228,78	155 425,50	-48 196,72	-31,01%
Município de Felgueiras	92 806,99	92 515,65	291,34	0,31%
Município de Penafiel	53 526,17	71 581,29	-18 055,12	-25,22%
Município de Paredes	20 750,00	49 943,69	-29 193,69	-58,45%
Município de Paços de Ferreira	11 024,78		11 024,78	100,00%
Município de Amarante	328,76	328,76	0,00	0,00%
Município de Baião	0,00		0,00	0,00%
Município de Celorico de basto	192 854,60	192 520,88	333,72	0,17%
Município de Cinfães		4 081,25	-4 081,25	-100,00%
Município do Marco de Canaveses	0,00	328,76	-328,76	-100,00%
Município de Castelo de Paiva	36 429,53	34 282,75	2 146,78	6,26%
Município de Resende	1 642,45		1 642,45	100,00%
Fundos Comunitários	152 569,98	96 790,47	55 779,51	57,63%
AD&C	152 569,98	96 790,47	55 779,51	57,63%

O montante a receber à data de 31 de dezembro de 2021 é de 701.590,36€. Deste montante de dívidas ao Grupo Público 516.592,06€ correspondem aos Municípios e 152.569,98€ a transferências

de Fundos Comunitários, nomeadamente de retenções finais de candidaturas. Os restantes 32.428,32€ refere-se á dívida da CIMTS. Este montante corresponde a uma diminuição de 2,34% em relação ao ano anterior.

23.1.3 – Clientes, Contribuintes e utentes

Designação	Saldo Final a 31.12.2021	Saldo Final a 31.12.2020	Variação	
			Absoluta	%
Clientes, contribuintes e utentes	4 213 026,79	3 255 983,08	957 043,71	29,39%
Clientes c/c	4 213 026,79	3 255 983,08	957 043,71	29,39%
Realizável até 12 meses	4 213 026,79	3 255 983,08	957 043,71	29,39%

O valor em dívida de clientes a 31.12.2021 é de 4.213026,79€ e corresponde, num valor residual a vendas de produtos de merchandizing da Rota do Românico e o restante de clientes do mercado nacional aos quais são prestados serviços, cerca de 80% aos Municípios. Em relação a 2020, houve um acréscimo de 29,39% a que corresponde 957.043,71€ em termos absolutos.

23.1.4– Estado e Outros entes Públicos

Saldos a Receber

Designação	Saldo Final 31.12.2021	Saldo Final a 31.12.2020	Variação	
			Absoluta	%
Imposto s/ rendimento		109 961,87	-109 961,87	-100,00%
Imposto sobre o valor acrescentado	1 836,44	801 997,20	-800 160,76	-99,77%
Total	1 836,44	911 959,07	-910 122,63	-99,80%

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro, sendo, em 2021, constituída pelo saldo do IVA. A diminuição do montante dos saldos a receber da rubrica Estado e Outros Entes Públicos resultou da regularização do reembolso solicitado à Autoridade Tributária e Aduaneira.

23.1.5 – Outras contas a receber

Designação	Saldo Final 31.12.2021	Saldo Final a 31.12.2020	Variação	
			Absoluta	%
Outras Contas a Receber	244 778,53	123 255,24	121 523,29	89,91%
Devedores por acréscimos de rendimentos	240 456,87	118 264,32	122 192,55	103,32%
Outros acréscimos de rendimentos	240 456,87	118 264,32	122 192,55	103,32%
Outros devedores e credores	4 321,66	4 990,92	-669,26	-13,41%
Outros	4 321,66	4 990,92	-669,26	-13,41%
Outros devedores	4 321,66	4 990,92	-669,26	-13,41%
Outros devedores-Outros	4 321,66	4 990,92	-669,26	-13,41%
Realizável até 12 meses	4 321,66	4 990,92	-669,26	-13,41%
Outras entidades	4 321,66	4 990,92	-669,26	-13,41%

O montante das outras contas a receber de 244.778,53€ corresponde ao montante dos outros acréscimos de rendimentos, resultante da regularização de um rendimento já reconhecido nos anos anteriores cujo recebimento ocorreu em 2021 e de outros devedores, no montante de 4.321,66€

23.1.6 – Diferimentos

Designação	Saldo Final 31.12.2021	Saldo Final 31.12.2020	Variação	
			Absoluta	%
Diferimentos	83 924,86	103 223,44	-19 298,58	-18,70%
Gastos a reconhecer	83 924,86	103 223,44	-19 298,58	-18,70%
Seguros	80 297,69	90 461,89	-10 164,20	-11,24%
Outros	3 627,17	12 761,55	-9 134,38	-71,58%
A reconhecer até 12 meses	0,00	11 859,42	-11 859,42	-100,00%
Outros	0,00	11 859,42	-11 859,42	-100,00%

Os gastos a reconhecer referem-se, maioritariamente aos valores de seguros.

23.1.7 – Caixa e Depósitos

Designação	Saldo Final 31.12.2021	Saldo Final 31.12.2020	Variação	
			Absoluta	%
MEIOS FINANCEIROS LIQUIDOS	10 196 899,34	8 452 519,61	1 744 379,73	20,64%
Caixa	190,93	79,68	111,25	139,62%
Caixa A - Sede	90,93	42,28	48,65	115,07%
Caixa B - Penafiel	100,00	37,40	62,60	167,38%
Depósitos à ordem	7 624 020,52	5 852 346,80	1 771 673,72	30,27%
Depósitos bancários à Ordem	7 624 020,52	5 681 226,91	1 942 793,61	34,20%
Caixa Geral de Depósitos	604 799,29	296 900,10	307 899,19	103,70%
Novo Banco	5 690 208,03	4 055 565,55	1 634 642,48	40,31%
Banco Totta & Açores	2,23	2,23	0,00	0,00%
Caixa de Crédito Agrícola	1 329 010,97	1 328 759,03	251,94	0,02%
Depósitos bancários a prazo	2 500 000,00	2 500 000,00	0,00	0,00%
Caixa de Crédito Agrícola	2 500 000,00	2 500 000,00	0,00	0,00%
Outros depósitos	72 687,89	100 093,13	-27 405,24	-27,38%
Depósitos de garantias e cauções	72 687,89	100 093,13	-27 405,24	-27,38%

23.2 – Detalhe das contas do Balanço – Passivo

23.2.1 - Passivo por impostos diferidos

Passivos por impostos diferidos	Saldo Inicial	Recebimento	Reversão	Saldo Final
Candidatura Plataforma	8 587,00		8 588,58	-1,58
Reformulação centro triagem	623 862,87		73 159,80	550 703,07
Ecocentro móveis	54 831,49	8 799,51	8 226,62	55 404,38

Candidatura Porta-a-porta			17 373,54	-17 373,54
Total	687 281,36	8 799,51	107 348,54	588 732,33

23.2.2 – Outras Contas a pagar – Passivo não corrente

O montante de outras contas a pagar refere-se às cauções existentes e por liberar no montante de 72.687,89€ à data de 31.12.2021 e por fornecedor:

Designação	Saldo Final 31.12.2021	Saldo Final 31.12.2020	Variação	
			Absoluta	%
Cauções	72 687,89	100 093,13	-27 405,24	-27,38%
Recebidas de terceiros	72 687,89	100 093,13	-27 405,24	-27,38%
Exigível a mais de 12 meses	72 687,89	100 093,13	-27 405,24	-27,38%
Lusocol - Sociedade Lusa de Construções, Lda	1 082,30	13 062,00	-11 979,70	-91,71%
Augusto de Oliveira Ferreira & Cª, Lda	5 944,47	5 944,47	0,00	0,00%
Lopes & Pinho - Soc. De Construções, Lda	1 528,65	1 528,65	0,00	0,00%
Bessa Coelho - Sociedade de Construções, SA		12 889,02	-12 889,02	-100,00%
Edilages - Engenharia e Construção, Lda	34 340,73	34 340,73	0,00	0,00%
Polisproeza - Engenharia e Construção, Lda	11 141,35	11 141,35	0,00	0,00%
Nico Dobra Eng. e Construções, Lda	2 404,00	2 404,00	0,00	0,00%
Alfredo & Andreia Carvalhido, Lda		2 536,52	-2 536,52	-100,00%
Miguel Rocha & Rocha, Lda	9 018,82	9 018,82	0,00	0,00%
Irreverentacesso, Lda	7 227,57	7 227,57	0,00	0,00%

23.2.3 - Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis

Designação	Saldo Final 31.12.2021	Saldo Final 31.12.2020	Variação	
			Absoluta	%
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos		7 368,76	-7 368,76	-100,00%
Administração Local		6 743,76	-6 743,76	-100,00%
Freguesias		6 743,76	-6 743,76	-100,00%
Freguesia de Sebolido		1 556,24	-1 556,24	-100,00%
Freguesia de Rio Mau		5 187,52	-5 187,52	-100,00%
Freguesia de Lustosa		0,00	0,00	0,00%
Outros		625,00	-625,00	-100,00%
Associação Florestal		0,00	0,00	0,00%
Associação Turismo do Porto		625,00	-625,00	-100,00%
Transromânica		0,00	0,00	0,00%

No final de 2021, não existem dívidas a credores por transferências e Subsídios não reembolsáveis no Grupo Público.

23.2.4 – Fornecedores

O montante da dívida do Grupo Público a diversos fornecedores a 31 de dezembro de 2021 é de 1.257.626,85€ e corresponde a um aumento de 58,35% em comparação com o ano de 2020.

Designação	Saldo Final 31.12.2021	Saldo Final 31.12.2020	Variação	
			Absoluta	%
Fornecedores	1 257 626,85	794 213,93	463 412,92	58,35%
Fornecedores c/c	1 257 626,85	794 213,93	463 412,92	58,35%
Exigível até 12 meses	1 257 626,85	794 213,93	463 412,92	58,35%

23.2.5 – Estado e Outros entes Públicos

Designação	Saldo Final 31.12.2021	Saldo Final 31.12.2020	Variação	
			Absoluta	%
Estado e outros entes públicos	56 065,28	51 865,76	4 199,52	8,10%
Retenção de impostos sobre rendimentos	8 121,45	5 666,42	2 455,03	43,33%
Prediais	7,58	0,00	7,58	100,00%
IRS	8 121,45	0,00	8 121,45	100,00%
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	47 943,83	46 199,34	1 744,49	3,78%
Sistemas de proteção social	6 205,33	6 562,31	-356,98	-5,44%
Parte do trabalhador	1 964,27	2 077,27	-113,00	-5,44%
Segurança Social - Regime Geral	1 964,27	39 637,03	-37 672,76	-95,04%
Parte patronal	4 241,06	4 485,04	-243,98	-5,44%
Segurança Social - Regime Geral	45 979,56	4 485,04	41 494,52	925,18%

As dívidas ao estado no montante de 56.065,28€ referem-se a retenções efetuadas nos pagamentos de descontos da entidade e do trabalhador referente ao mês de Dezembro, que apenas podem ser pagos no mês seguinte.

23.2.6 – Outras contas a pagar – Passivo Corrente

Designação	Saldo Final 31.12.2021	Saldo Final 31.12.2020	Variação	
			Absoluta	%
Credores por acréscimos de gastos	3 775 422,50	3 194 341,92	581 080,58	18,19%
Remunerações a Liquidar	381 869,92	293 807,05	88 062,87	29,97%
Outros acréscimos de gastos	3 393 552,58	2 900 534,87	493 017,71	17,00%
Outros	3 393 552,58	2 900 534,87	493 017,71	17,00%

As outras contas a pagar referem-se ao pagamento das remunerações de férias e estimativas de férias que ocorre em 2022, mas cujo custo deve ser reconhecido em 2021. No montante de 381.869,92€ e o restante a credores diversos, nomeadamente Projeto “Tampinhas e Embalagens”; Autoridade Nacional de Resíduos; Fornecedores de investimentos, Fundo Ambiental e ainda outros credores diversos.

23.3 – Análise às Contas do Património Líquido

O total do Património Líquido da Valsousa à data de 31 de dezembro de 2021 é de 15.590.461,44€ e está decomposto da seguinte forma:

Descrição	Saldo Final 2021	Saldo Final 2020
51 - Património	7 238 131,62	7 238 131,62
55 - Reservas	2 922 292,60	2 922 292,60
56 - Resultados transitados	-2 191 975,13	-2 017 237,35
57 - Ajustamentos em Ativos Financeiros	5 413 807,05	5 497 148,46
59 - Outras Variações no património Líquido	2 326 573,67	2 560 098,53
Resultados Líquidos	-118 368,37	-190 981,21
Total	15 590 461,44	16 009 452,65

- Património – 7.238.131,62€ corresponde ao balanceamento de abertura resultante da aplicação pela primeira vez do POCAL.

- Reservas – 2.922.292,60€. Esta conta é constituída pelas Reservas Legais (562.317,66€) e pelas Reservas livres (2.359.974,94€).

- Resultados transitados - -2.191.975,13€ corresponde ao saldo da conta de resultados de anos anteriores e dos Ajustamentos de transição para o SNC-AP.

- Ajustamentos em Ativos Financeiros – 5.413.807,05€, correspondem á aplicação do MEP á participada e decorre de outras variações nos capitais próprios da participada.

- Outras variações no património Líquido – 2.326.573,67€ resultam da regularização às contas de transferências e subsídios de capital e das doações.

23.4 – Detalhe das Contas de Demonstração de Resultados

23.4.1 – Vendas e prestações de serviços

O total das vendas e prestações de serviços do Grupo Público ocorridas durante o ano de 2021 foi de 6.540.111,53€, resultante das vendas de merchandising da Rota do Românico e dos serviços por esta prestados, bem como do aumento da recolha de resíduos recolhidos seletivamente fruo da distribuição de ecopontos, pela otimização do serviço de recolha e pela cobrança da tarifa única cobrada sobre a deposição de resíduos indiferenciados.

Designação	Saldo Final 31.12.2021	Saldo Final 31.12.2020	Absoluta	%
Vendas	6 468 168,78 €	6 017 041,04 €	451 127,74	7,50%
Prestações de serviços	71 942,75 €	18 664,67 €	53 278,08	285,45%
Total	6 540 111,53 €	6 035 705,71 €	504 405,82 €	8,36%

23.4.2 – Transferências e subsídios correntes obtidos

Designação	Saldo Final 31.12.2021	Saldo Final 31.12.2020	Variação	
			Absoluta	%
Transferências correntes	2 807 666,04 €	2 701 994,13 €	105 671,91	3,91%

Administrações Públicas	2 459 964,67 €	2 642 760,48 €	-182 795,81	-6,92%
Estado	0,00 €	52 822,25 €	-52 822,25	-100,00%
Outras	0,00 €	52 822,25 €	-52 822,25	-100,00%
Administração Local	2 459 964,67 €	2 589 938,23 €	-129 973,56	-5,02%
Associações de Municípios	11 814,00 €	20 614,32 €	-8 800,32	-42,69%
Municípios	2 448 150,67 €	2 569 323,91 €	-121 173,24	-4,72%
Município de Castelo de Paiva	95 398,32 €	89 893,85 €	5 504,47	6,12%
Município de Felgueiras	1 256 392,94 €	1 240 318,63 €	16 074,31	1,30%
Município de Lousada	582 355,81 €	697 602,15 €	-115 246,34	-16,52%
Município de Paços de Ferreira	124 344,48 €	217 609,20 €	-93 264,72	-42,86%
Município de Paredes	127 617,48 €	102 606,29 €	25 011,19	24,38%
Município de Penafiel	115 809,48 €	97 806,29 €	18 003,19	18,41%
Outros Municípios	146 232,16 €	123 487,50 €	22 744,66	18,42%
Resto do Mundo	347 701,37 €	59 233,65 €	288 467,72	487,00%
FEDER	347 701,37 €	51 233,65 €	296 467,72	578,66%
Outras		8 000,00 €	-8 000,00	-100,00%
Total	2 807 666,04 €	2 701 994,13 €	105 671,91 €	3,91%

O montante de transferências e Subsídios correntes obtidos, de 2.807.666,04€ correspondem ao valor das quotas, para funcionamento, para a RR, para o VSD e Juntas de Freguesia, emitidas, aos Municípios (2.459.964,67€), à CIMTS (11.814,00€) e de financiamento em projetos cofinanciados (347.701,37€) cujos rendimentos foram reconhecidos em 2021. Traduz um aumento de 3,91%.

23.4.3 - Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos

Designação	Saldo Final 31.12.2021	Saldo Final 31.12.2020	Variação	
			Absoluta	%
Aplicação do MEP	143 660,44 €	69 120,74 €	74 539,70	107,84%
Ganhos imputados a associadas e empreendimentos conjuntos	1 000,00 €	1 000,00 €	0,00	0,00%
Total	144 660,44 €	70 120,74 €	74 539,70	106,30%

O montante de 143.660,44€ corresponde ao valor dos Resultados Líquidos da participada, cujo registo através do MEP implica o reconhecimento nas contas da Valsousa, da evolução da quota-parte da AMVS nos Resultados da Ambisousa. Os ganhos imputados a associadas (Pan-Eco) foi de 1.000,00€.

23.4.4 – Fornecimentos e serviços externos

Esta rubrica no montante de 4.202.969,38, decompõe-se da seguinte forma:

Designação	Saldo Final 31.12.2021	Saldo Final 31.12.2020	Variação	
			Absoluta	%
Fornecimentos e serviços externos				
Trabalhos especializados	1 249 161,94 €	1 073 248,71 €	175 913,23	16,39%
Publicidade, comunicação e imagem	151 412,09 €	55 262,23 €	96 149,86	173,99%

Vigilância e segurança	147 359,42 €	153 127,93 €	-5 768,51	-3,77%
Honorários	7 918,80 €	10 240,00 €	-2 321,20	-22,67%
Outros serviços diversos	54 385,82 €	23 423,58 €	30 962,24	132,18%
Conservação e reparação	585 545,13 €	648 246,54 €	-62 701,41	-9,67%
Materiais de consumo	55 077,26 €	59 393,66 €	-4 316,40	-7,27%
Energia e fluidos	134 492,99 €	148 472,52 €	-13 979,53	-9,42%
Deslocações, estadas e transportes	3 819,00 €	5 406,35 €	-1 587,35	-29,36%
Rendas e alugueres	48 232,39 €	34 880,47 €	13 351,92	38,28%
Comunicação	110 017,03 €	101 201,05 €	8 815,98	8,71%
Seguros	150 088,34 €	97 981,44 €	52 106,90	53,18%
Limpeza, higiene e conforto	11 063,00 €	10 899,65 €	163,35	1,50%
Outros serviços	1 766 305,72 €	1 781 185,25 €	-14 879,53	-0,84%
Total	4 474 878,93 €	4 202 969,38 €	271 909,55 €	6,47%

Denote-se um aumento de 6,47% no montante dos Fornecimentos e Serviços Externos em relação ao ano de 2020, sendo as componentes referente a “Publicidade, comunicação e imagem” e “Outros Serviços Diversos” as que apresentam maiores aumentos e as “Deslocações, Estadas e transportes” e “Honorários” o maior decréscimo.

23.4.5 – Transferências e Subsídios concedidos

Designação	Saldo Final 31.12.2021	Saldo Final 31.12.2020	Variação	
			Absoluta	%
Transferências e subsídios concedidos	39 342,56 €	39 342,56 €	0,00	0,00%
Transferências correntes concedidas	39 342,56 €	39 342,56 €	0,00	0,00%
Administração Local	30 562,56 €	30 562,56 €	0,00	0,00%
Freguesias	30 562,56 €	30 562,56 €	0,00	0,00%
Outros setores institucionais	8 780,00 €	8 780,00 €	0,00	0,00%
Instituições sem Fins Lucrativos	8 780,00 €	8 780,00 €	0,00	0,00%
Total	39 342,56 €	39 342,56 €	0,00	0,00%

Durante o ano de 2021 o Grupo Público reconheceu como gasto o montante de subsídios correntes concedidos de 39.342,56€, afetos às juntas de Freguesia, para cumprimento dos protocolos existentes com as Juntas de Rio Mau, Sebolido e Lustosa, pela utilização dos aterros e o reconhecimento do gasto com o pagamento das quotas de associado à Transromânica e Turismo do Porto e Norte. Mantém desta forma os mesmos montantes do ano anterior.

23.4.6 – Outros Rendimentos

Designação	Saldo Final 31.12.2021	Saldo Final 31.12.2020	Variação	
			Absoluta	%
Correções relativas a períodos anteriores	80 980,73 €	18 948,85 €	62 031,88	327,36%
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	748 202,17 €	200 911,71 €	547 290,46	272,40%
Outros não especificados	4 229,21 €	1 048,34 €	3 180,87	303,42%
Juros obtidos	678,28 €	0,00 €	678,28	100%
Rendimentos suplementares	1 576,47 €	0,00 €	1 576,47	100%

Total	835 666,86 €	220 908,90 €	612 503,21 €	278,29%
--------------	---------------------	---------------------	---------------------	---------

O valor dos outros rendimentos no montante de 835.666,86€ é justificado essencialmente pela especialização referente aos subsídios de investimento de bens financiados, de correções relativas a períodos anteriores derivada do excesso de estimativa de férias e subsídio de férias. De referir que em relação ao período anterior temos como novos rendimentos, a obtenção de Juros e Rendimentos suplementares.

23.4.7 – Outros gastos

Designação	Saldo Final 31.12.2021	Saldo Final 31.12.2020	Variação	
			Absoluta	%
Correções relativas a períodos anteriores	10 518,09 €	1 235,32 €	9 282,77	751,45%
Outros não especificados	27 431,75 €	1 824,86 €	25 606,89	1403,22%
Impostos	52 814,48 €	191 169,36 €	-138 354,88	-72,37%
Quotizações	11 790,00 €	12 270,00 €	-480,00	-3,91%
Atualização da Provisão	8 245,49 €	23 629,83 €	-15 384,34	-65,11%
Total	110 799,81 €	230 129,37 €	-119 329,56	-51,85%

O valor de outros gastos no montante de 110.799,81€ resulta do aumento do reconhecimento de gastos de correções relativas a períodos anteriores e outros não especificados, e da diminuição do pagamento de impostos, quotizações e atualização da provisão a que corresponde uma diminuição de cerca de 51,85% quando comparado com o ano anterior.

23.4.8 – Gastos/Reversões de depreciações e amortizações

Designação	Saldo Final 31.12.2021	Saldo Final 31.12.2020	Variação	
			Absoluta	%
Edifícios E O. Construções - Outros	368 789,34	402 351,37	-33 562,03	-8,34%
Equipamento de Transporte - Outros	406 931,29	240 738,55	166 192,74	69,03%
Equipamento Básico	244 222,11	414 550,19	-170 328,09	-41,09%
Equipamento administrativo	26 030,28	15 187,30	10 842,98	71,40%
Outros Ativos Fixos Tangíveis - Outros	305 293,97	327 593,81	-22 299,84	-6,81%
Programas de computador e sistemas de informação	756 799,21	753 052,27	3 746,94	0,50%
Total	2 108 066,19	2 153 473,49	-45 407,29	-2,11%

23.4.9 – Juros e Gastos similares

Designação	Saldo Final 31.12.2021	Saldo Final 31.12.2020	Variação	
			Absoluta	%
Juros de Mora	0,61	39,67	-39,06	-98,46%

23.4.10 – Impostos sobre o rendimento do período

Designação	Saldo Final 31.12.2021	Saldo Final 31.12.2020	Variação	
			Absoluta	%
Imposto Corrente	24 085,54	30 740,32	-6 654,78	-21,65%
Lucro Tributável	88 287,10	121 502,00	-33 214,90	-27,34%
Imposto	18 540,29	25 515,00	-6 974,71	-27,34%
Tributação autónoma	5 545,25	5 225,00	320,25	6,13%

24 - Indicadores Económico- financeiros

Tendo em conta as demonstrações financeiras consolidadas, é feita uma breve análise aos principais indicadores de gestão, nomeadamente os indicadores económico-financeiros. Como tal, são utilizados rácios, que estabelecem relações entre contas e agrupamento de contas, permitindo desta forma uma visão global da situação económico-financeira do Grupo autárquico. Apesar das limitações, os rácios são uma ferramenta de análise muito utilizada, devido à facilidade e rapidez na sua construção e análise.

Em complemento às demonstrações financeiras consolidadas apresentam-se alguns indicadores económico-financeiros:

Dimensão	Indicador	2021	2020
Liquidez	Liquidez Geral	3,04	3,14
	Liquidez reduzida	3,03	3,35
	Liquidez Imediata	2,00	2,09

Os rácios de liquidez avaliam a capacidade do Grupo Público para gerar meios líquidos suficientes para satisfazer os compromissos mais exigíveis e manter o normal funcionamento da atividades. Quanto mais elevados forem os valores dos rácios em relação à unidade, maior será a capacidade para cumprir as responsabilidades mais exigíveis.

O Grupo Público apresenta rácios de liquidez elevados e superiores à unidade, significa que o Grupo Público tem capacidade para fazer face aos compromissos de curto prazo. Denota-se no entanto uma diminuição da Liquidez em relação ao ano de 2020.

Dimensão	Indicador	2021	2020
Rentabilidade	Rentabilidade Operacional do Volume de Negócios	-144,16%	-265,42%
	Taxa de margem Bruta		
	Rentabilidade do património Líquido	8976,93%	9237,35%
	Rentabilidade operacional do ativo	-75,92%	-119,29%

Estes indicadores medem a capacidade dos capitais investidos e da atividade do Grupo Público para gerar rendimentos, são indicadores de eficiência com referência aos resultados operacionais. Valores negativos evidenciam um mau desempenho.

Dimensão	Indicador	2021	2020
Atividade	Grau de rotação do ativo	23,94%	0,22
	Prazo Médio de Inventários (PMI)	77	122
	Prazo Médio de Recebimentos	235	197
	Prazo Médio de Pagamentos	103	69
	Prazo Médio de Pagamentos - Programa pagar a tempo e horas	109	78

Os indicadores de atividade constituem uma análise complementar da liquidez, permite perceber se as políticas de crédito concedidas a clientes e os prazos de pagamento existentes são adequados bem como verificar a eficácia na gestão dos inventários.

O rácio ou indicador de rotação do ativo é um rácio de atividade que procura medir o grau de eficiência com que a empresa está a utilizar os seus ativos. Quanto maior o valor do rácio de rotação do ativo, maior é a eficiência com que a empresa está a gerar vendas.

Em relação ao Tempo Médio de Inventários, significa que o prazo médio da permanência de inventários em armazém, passou para 77 dias.

Tendo em conta o nº de dias, podemos afirmar que o Grupo Publico, continua a demorar mais tempo a receber do que a pagar. De notar também um aumento do nº médio de dias que demora a receber e a pagar. Existe uma relação direta entre o prazo de recebimento e os prazos de pagamento.

Dimensão	Indicador	2021	2020
Estrutura Financeira	Autonomia Financeira	0,57	0,60
	Solvabilidade	1,33	1,49
	Grau de cobertura dos gastos financeiros	154561,02	4038,35
	Endividamento	0,43	0,40

O Activo é financiado em cerca de 57% com recurso a capitais próprios, conforme indicado pelo rácio de Autonomia Financeira. Este rácio representa a percentagem dos ativos totais da entidade financiados pelo Património Líquido. Quanto maior for o rácio de autonomia financeira maior será a parte das aplicações da entidade a ser financiada pelo património líquido e menor a parte a ser financiada com recurso a financiamento externo.

O rácio de Solvabilidade representa a capacidade financeira da entidade para desenvolver as suas atividades. Como o grau de Solvabilidade é superior a 1 significa que o Património Líquido do Grupo Público é suficiente para cobrir todas as suas obrigações.

O Grupo Publico apresenta um grau de cobertura dos gastos financeiros bastante elevados e como tal significa que o Património Líquido é suficiente para cobrir todas as suas obrigações.

O rácio do endividamento avalia o grau de dependência financeira face a terceiros, quanto maior for o rácio maior é a vulnerabilidade face a terceiros. O rácio de endividamento apresenta um valor de 43% o que significa que apenas 43% do ativo está a ser financiado pelo passivo.

Também em termos dos indicadores de estrutura existe uma degradação dos respetivos indicadores.

De uma forma geral de 2020 para 2021, os indicadores analisados apresentam uma ligeira quebra.



ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO SOUSA

(Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel)

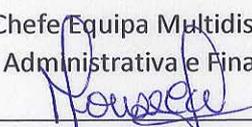
Aprovação do Relatório e Contas Consolidadas

Submete-se o presente Relatório e Contas Consolidadas à aprovação do Conselho Diretivo, nos termos do artigo 76º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Após a sua aprovação, o mesmo deve ser submetido a apreciação e votação da Assembleia Intermunicipal, nos termos do nº 2, do artigo 76º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, alterada pelo Artº 7-C da Lei nº 7/2020 de 7 de maio e posteriormente remetido ao Tribunal de Contas, dentro dos prazos legais definidos para o efeito.

Lousada, em 13 de Junho de 2022.

Chefe Equipa Multidisciplinar
Administrativa e Financeira



(Maria de Fátima Fonseca)

O Secretário - Geral



(Luís Monteiro)

Órgão Executivo

Em 28 de Junho de 2022

Órgão Deliberativo

Em 28 de Junho de 2022

A Reunião do Conselho Diretivo e da Assembleia Intermunicipal foram realizadas através de videoconferência. Lei nº 91/2021 de 17 de Dezembro